

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA HISTÓRIA NACIONAL

Estudos comparativos em contexto lusófono

REPRESENTATIONS OF NATIONAL HISTORY

Comparative studies among Lusophone countries

Rosa Cabecinhas *

CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE, UNIVERSIDADE DO MINHO
cabecinhas@ics.uminho.pt

Resumo:

Neste artigo examinamos os resultados de um inquérito realizado junto de jovens em quatro países de língua oficial portuguesa, situados em continentes diferentes: Angola, Brasil, Portugal e Timor-Leste. Em cada um desses países foram recolhidos dados com vista a examinar as representações sociais da história nacional e as emoções associadas aos acontecimentos considerados mais marcantes.

Os resultados apontam para ambiguidades, ambivalências e contradições nas representações sociais da história que liga os países de língua portuguesa. De um modo geral observa-se um “desencontro” das memórias sobre o passado colonial. Esse desencontro das memórias sobre o “passado comum” é particularmente evidente quando comparamos as memórias históricas dos jovens angolanos e dos jovens portugueses.

Palavras-chave: memória social; representações sociais; colonialismo; lusofonia

Abstract:

In this article we examine the results of a survey conducted among young people in four Portuguese-speaking countries, situated in different continents: Angola, Brazil, Portugal and East Timor. Data were collected in each of these countries in

* Rosa Cabecinhas é Professora Associada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Foi Diretora-Adjunta do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (2003-2006), Diretora do Mestrado em Ciências da Comunicação (2008-2011) e Diretora do Departamento de Ciências da Comunicação (2011-2013) na mesma Universidade. Tem numerosos artigos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais. Entre as suas obras destacam-se os seguintes livros: *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial* (Campo das Letras, 2007), *Comunicação Intercultural: Perspectivas, dilemas e desafios* (com Luís Cunha, Campo das Letras, 2008) e *Narratives and Social Memory: Theoretical and Methodological Approaches* (com Lília Abadia, CECS, 2013).

order to examine the social representations of national history and the emotions associated with the most striking events.

Results show ambiguities, ambivalences and contradictions in the social representations of the “common past” among the Portuguese-speaking countries. In general, results point to fragmented memories about the colonial past. These fragmented memories about the “common past” are particularly evident when comparing the historical memories of Angolans and Portuguese youths.

Keywords: social memory; social representations; colonialism; lusofonia



1. Introdução

Na opinião de Alfredo Margarido (2000), a invenção da lusofonia fez-se através de uma amnésia coletiva em relação à violência que foi exercida sobre os povos que hoje falam português. Nas palavras do autor, “o discurso lusófilo actual limita-se a procurar dissimular, mas não a eliminar, os traços brutais do passado” (2000: 76).

Esta “amnésia coletiva” é também denunciada por Maria Manuel Baptista (2006) ao considerar que se verifica do lado português uma estratégia de “esquecimento ativo” de alguns dos aspetos fundamentais da história que liga os países de língua oficial portuguesa. Para a autora, “a lusofonia sinaliza e encobre em Portugal o lugar do verdadeiramente ‘não-dito’, uma espécie de espaço fantasmático da nossa cultura, apesar de paradoxalmente tanto se utilizar este conceito” (2006: 24).

Por seu turno, Moisés de Lemos Martins (2014: 25-26) alerta-nos para a necessidade de nos mantermos vigilantes e desconstruirmos os diversos equívocos que atravessam o conceito de lusofonia, entre os quais destaca quatro: 1) “os equívocos de uma centralidade portuguesa da lusofonia”; 2) “os equívocos de reconstituição, em contexto pós-colonial, de narrativas do antigo império, hoje com propósitos neo-coloniais, sejam eles conscientes ou inconscientes”; 3) “os equívocos do lusotropicalismo renascente e redivivo, de uma ‘colonização doce’, que hoje tanto pode glorificar o antigo país colonial como exaltar os atuais países independentes”; e 4) “os equívocos de algum discurso pós-colonial, que é a narrativa de uma história do ‘ressentimento’”.

Desfazer estes equívocos sem criar novas simplificações redutoras constitui sem dúvida um enorme desafio para quem pretende analisar criticamente as dinâmicas culturais e identitárias no espaço lusófono, tarefa árdua mas absolutamente essencial para a “descolonização” do pensamento e para um novo e melhor entendimento das relações pós-coloniais em contexto lusófono.

Neste artigo analisamos, de forma comparativa, os resultados de um inquérito por questionário realizado junto de jovens em quatro países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Portugal e Timor-Leste. O objetivo deste estudo foi “dar voz” às diversas histórias que há para contar sobre o “passado comum” que liga estes países. Os dados que vamos apresentar foram recolhidos no âmbito de um projeto de investigação transdisciplinar que visa analisar os significados da lusofonia e as narrativas identitárias em contexto lusófono¹.

2. Narrativas identitárias e memória social

As narrativas sobre o passado desempenham um papel fundamental na definição das identidades nacionais e na forma como cada nação perspetiva o seu futuro (Liu e Hilton, 2005). Na opinião de Licata, Klein e Gély (2007), a memória coletiva desempenha importantes funções identitárias, contribuindo para: a definição da identidade do grupo de pertença; a construção de uma distintividade positiva através de comparações favoráveis entre o grupo de pertença e o grupo dos outros, em dimensões consideradas relevantes; a justificação e legitimação de comportamentos do grupo de pertença; e a mobilização para a ação coletiva.

Estudar as narrativas identitárias exige um esforço de articulação entre diferentes áreas disciplinares (*e.g.*, Laszlo, 2003), abordagens metodológicas e níveis de análise (*e.g.*, Baptista, 2009; Martins, 2009).

A identidade social de uma pessoa resulta do reconhecimento da sua pertença a certos grupos sociais e do significado emocional atribuído a essas pertenças (Tajfel, 1972). Na compreensão das dinâmicas identitárias é necessário ter em conta que cada indivíduo pertence simultaneamente

1 “Narrativas Identitárias e Memória Social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais”. Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/CCI-COM/105100/2008), Feder, Compete: <http://www.lasics.uminho.pt/idnar/>.

a vários grupos sociais, sendo que a saliência das diversas pertenças grupais depende do contexto e do estatuto relativo dos grupos numa dada estrutura social e num dado momento histórico (*e.g.*, Cabecinhas, 2007; Lorenzi-Cioldi, 2002).

O *tempo* e o *espaço* constituem dois quadros de referência fundamentais na análise da memória social, já que é o facto dos membros de determinado grupo estarem juntos num dado espaço e num dado tempo que lhes permite criar laços sociais, partilhar vivências e memórias (Halbwachs, 1925/1994, 1950/1997).

Na nossa perspetiva toda memória é social, uma vez que os nossos pensamentos e sentimentos são construídos através das práticas linguísticas e reificados pelos processos de comunicação humana (Gergen, 1994). A memória social corresponde a um conjunto de representações sociais sobre o passado, que são construídas e partilhadas no seio de um determinado grupo social. As representações sociais são construídas através dos processos de comunicação quotidiana, contribuindo para a perceção de uma realidade comum a um determinado grupo e servindo como guia da ação desse grupo (Moscovici, 1998).

Nesse sentido, a memória social está permanentemente em processo de (re)construção. Esse processo, seletivo e parcial, depende das pertenças e redes sociais dos indivíduos. Reconhecer o carácter social da memória não implica porém pressupor que as memórias sejam uniformes dentro de determinado grupo (nacional, étnico, etc.), uma vez que cada indivíduo recorda factos diferentes em função das suas trajetórias e vivências pessoais.

Outro aspeto importante a salientar é que a memória social não é um terreno neutro. As imagens do passado podem servir tanto para legitimar uma dada ordem social como para contestar ativamente essa ordem. Assim, a memória social pode ser entendida como um “campo de disputa” entre grupos (Cunha, 2006).

A importância da dimensão narrativa na construção da memória social foi salientada por diversos autores. Por exemplo, Connerton (1989/1993) destaca o papel das práticas que representam e projetam a identidade social do grupo, através das quais as histórias circulam e são partilhadas – a *comemoração*, o *ritual* e a *tradição*. As comemorações e os rituais visam garantir que um dado acontecimento não vai ser esquecido pelas gerações futuras. No caso das representações sociais da história nacional, as efemérides (por

exemplo, os feriados nacionais) servem frequentemente como “âncora” para pensar o passado da nação.

3. Representações sociais da história em contexto lusófono: estudos comparativos

A forma como as nações representam a história é fundamental na construção da sua própria identidade. O modo como cada nação interpreta o seu passado determina a forma como se posiciona no presente e as suas estratégias para o futuro. No caso dos países que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a adesão a esta comunidade traduz não só reconhecimento de uma longa relação histórica, mas também o desejo da manutenção dessa relação, embora num novo enquadramento, que passa pela preservação do “vínculo histórico” e do “património comum resultantes de uma convivência multissecular” (ver Declaração Constitutiva da CPLP, 1996: www.cplp.org).

Mas que imagens têm os jovens desse “vínculo histórico” e desse “património comum”? Será que esse passado “comum” tem o mesmo significado e suscita as mesmas emoções nos jovens dos diferentes países de língua oficial portuguesa? De que forma os conflitos que opuseram o país colonizador e os países colonizados são recordados pelos jovens de hoje? Estas foram algumas das questões que conduziram o nosso trabalho no âmbito de um projeto mais vasto sobre narrativas identitárias e memória social no espaço lusófono. Do ponto de vista empírico, procedemos a uma triangulação metodológica (Cabecinhas, 2012), que passou pela realização de inquéritos por questionário, entrevistas autobiográficas e grupos focais, assim como a análise de discursos no ciberespaço lusófono. Neste artigo focamo-nos apenas nos resultados obtidos através do inquérito por questionário em quatro países.

O objetivo específico dos estudos que aqui apresentamos é analisar as representações sociais da história construídas pelos jovens em quatro países de língua oficial portuguesa e as emoções associadas a essas representações. Quando nos debruçamos especificamente sobre os grupos nacionais devemos ter em conta que cada grupo é heterogêneo, sendo constituído por uma grande diversidade de indivíduos, com diferentes percursos e experiências de vida e pertencendo a grupos com diferentes

posicionamentos na estrutura social. Neste sentido, o nosso objetivo não é generalizar os resultados destes estudos à população desses países em geral, mas apenas abordar de forma comparativa as representações sociais da história nacional em cada um dos países referidos. O foco nos jovens e não na população em geral deveu-se ao facto de pretendermos estudar as representações de pessoas nascidas após o 25 de Abril de 1974, cuja socialização decorreu em contexto pós-colonial. O facto das amostras serem constituídas exclusivamente por estudantes universitários deveu-se, por um lado, a questões de exequibilidade na aplicação dos questionários em boas condições e, por outro lado, a questões de comparabilidade com os estudos realizados noutros países.

Os dados que vamos apresentar foram recolhidos no Brasil (Salvador da Bahia), Guiné-Bissau (Bissau), Portugal (Braga) e Timor-Leste (Díli). Nos quatro países foram utilizados os mesmos procedimentos de recolha e de tratamento de dados, de modo a permitir análises comparativas. No total foram inquiridos 503 estudantes universitários: 184 angolanos, 105 brasileiros, 118 portugueses e 96 timorenses.

O questionário aplicado nos quatro países estava redigido em português, tendo sido efetuadas pequenas adaptações de linguagem em função do país em causa. No Brasil e em Portugal todos os inquiridos declararam como língua materna o português. Em contrapartida, em Angola verificou-se uma grande diversidade de línguas maternas declaradas pelos inquiridos, entre as quais se destacaram as seguintes: kimbundu (58,2%), umbundu (15,8%), kikongo (13,6%), cockwé (4,9%), português (4,9%). O português foi mencionado como segunda língua pela maior parte dos inquiridos. A grande diversidade de línguas faladas pelos inquiridos é um espelho da situação linguística em Angola: país com uma língua oficial – o português – e várias nacionais como kikongo, kimbundu, cockwé, umbundu, nganguela, oxikwanhama, nhaneka-humbi (sobre a diversidade linguística em Angola, ver Ntongo e Fernandes, 2004).

Em Timor-Leste verificou-se igualmente uma grande diversidade de línguas maternas, entre as quais se destacaram as seguintes: tétum (60%), makasae (8%), mambae (7%), bunak (3%), fataluco (3%), português (3%). A maioria dos participantes timorenses referiu o português como a sua terceira ou quarta língua. A diversidade de línguas faladas pelos inquiridos é reflexo da situação linguística em Timor: país com duas línguas

Tabela 1 – Acontecimentos da História Nacional: percentagens de evocação espontânea

Angola	%	Brasil	%	Portugal	%	Timor Leste	%
Independência de Angola	85,7	Ditadura Militar	72,4	25 Abril 1974	80,5	Massacre de Santa Cruz	78,1
Memorando de Luena/ Dia da paz	70,9	Abolição da escravatura	45,7	Descobrimentos	79,7	20 de Maio de 2002	45,8
Luta armada de libertação nacional	60,4	Independência do Brasil	41,0	Implantação da República	41,5	Referendo 1999	43,8
Massacre Baixa de Kassanje	42,9	Redemocratização	40,0	Adesão à União Europeia	36,4	Setembro negro 1999	39,6
Morte de Jonas Savimbi	20,3	Impedimento Governo Collor	39,0	Salazarismo/Estado Novo	30,0	Guerra Civil 1975	32,3
27 de Maio de 1977	19,2	Eleição Lula da Silva	29,6	Fundação	20,3	Invasão/Ocupação indonésia	31,3
Abolição da escravatura	17,0	Descobrimento do Brasil	27,6	Colonialismo	16,1	Tragédia 4 Dezembro 2002	22,9
Guerra Civil	10,9	Proclamação da República	22,9	Descolonização	16,1	Massacres 1999	18,8
Tráfico de escravos	10,4	Revolta de Canudos	14,3	Restauração	11,0	Massacre Krarás 1983	14,6
Dia do Herói Nacional	9,9	Inconfidência Baiana Inconfidência Mineira	12,9 12,9	Guerra Colonial	10,2	Prémio Nobel da Paz 1996	14,6

Legenda: % = percentagem de evocação espontânea de determinado acontecimento da história nacional;

Impacto = Média de impacto (e desvio-padrão); escala de impacto: 1 = muito negativo; 7 = muito positivo.

Fontes: Cabecinhas (2006); Cabecinhas, Lima e Chaves (2006); Mendes, Silva e Cabecinhas (2010).

oficiais – o português e o tétum – e mais duas ‘línguas de trabalho’ – inglês e língua indonésia – e ainda cerca de uma vintena de outras línguas e dialetos (Esperança, 2001; Hull, 2001; Brito e Martins, 2004).

Os estudantes foram convidados a participar num estudo sobre história, sendo-lhes explicado que o que interessava era a sua *opinião* pessoal sobre a história e não o seu nível de conhecimentos. Seguindo uma adaptação da metodologia desenvolvida por Liu *et al.* (2005), foi pedido aos participantes para listarem os cinco acontecimentos que consideravam mais importantes na história do seu país. Uma vez efetuada a listagem, os participantes deveriam avaliar o impacto (positivo ou negativo) de cada um desses acontecimentos e, posteriormente, indicar as emoções que associavam a cada acontecimento. A evocação de acontecimentos era efetuada de forma completamente livre (não era fornecida qualquer listagem prévia aos participantes para não condicionar as suas respostas). As emoções associadas aos acontecimentos foram também recolhidas de forma aberta. Já o nível de impacto dos acontecimentos foi medido através de uma escala fechada (1 = muito negativo; 7 = muito positivo). A Tabela 1 apresenta as percentagens globais de evocação dos dez acontecimentos mais referidos em cada um dos países assim como o impacto que lhes é atribuído. De salientar ainda que na designação dos acontecimentos foi adotada a terminologia mais frequentemente referida pelos participantes.

Os resultados obtidos nos quatro países vão ser apresentados e discutidos simultaneamente para facilitar uma análise comparativa. Uma vez que os resultados obtidos em cada país já foram apresentados separadamente em artigos anteriores (ver Cabecinhas, 2006; Cabecinhas, Lima e Chaves, 2006; Mendes, Silva e Cabecinhas, 2010), neste artigo vamos focar a nossa atenção nos acontecimentos que dizem respeito à história que “liga” estes países, isto é, uma história que começa com o período dos descobrimentos.

Os acontecimentos que assinalam a independência nacional assumem importância preponderante nos quatro países. A Independência de Angola, proclamada a 11 de novembro de 1975, foi o acontecimento mais mencionado pelos participantes angolanos (85,7%), sendo considerado um dos acontecimentos mais positivos na história da nação ($M=6,70$; $DP=1,05$)²,

2 M =Média; DP =Desvio-padrão. Recordamos que a escala de impacto varia entre 1=muito negativo e 7=muito positivo.

ao qual são associadas emoções positivas, de que se destacam o orgulho e a alegria.

Por seu turno, os participantes brasileiros referiram a independência do Brasil (41%; proclamada a 7 de setembro de 1822) e diversas revoltas contra a colonização portuguesa que se registaram nos séculos XVIII e XIX, com especial destaque para as inconfidências mineira e baiana.

Os participantes portugueses referiram a Fundação do Estado português em 1143 (20,3%) e a Restauração da independência em 1640 (11%; quando Portugal recuperou a independência, após 60 anos de domínio espanhol). Ambos os acontecimentos foram considerados muito positivos pelos participantes ($M=6,75$; $DP=0,43$) e a eles foram associadas emoções positivas.

Por seu turno, os participantes timorenses referiram a [restauração da] independência de Timor-Leste³, ocorrida no dia 20 de maio de 2002 (45,8%), e os acontecimentos que a precederam: o referendo de 1999 (43,8%) e o Prémio Nobel da Paz em 1996 (14,6%), atribuído a Ximenes Belo e a Ramos Horta. A invasão de Timor-Leste pela Indonésia em 1975 (31,3%) e os diversos massacres que ocorreram no território durante a ocupação indonésia foram os acontecimentos considerados mais negativos na história do país. O Massacre de Santa Cruz⁴ foi o acontecimento mais referido pelos inquiridos (78,1%). Embora tratando-se de um dos acontecimentos mais dramáticos da história recente de Timor, alguns inquiridos atribuíram-lhe um impacto positivo, precisamente por ser considerado o

3 A maior parte dos timorenses referiu simplesmente a data do acontecimento '20 de maio de 2002', outros referiram a 'Independência de Timor 2002' e outros a 'Restauração da Independência 2002'. A proclamação da independência de Timor-Leste ocorreu a 28 de novembro de 1975 pela FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente). No entanto, escassos dias depois o território foi ocupado pelas forças indonésias. A independência só viria a ser restaurada a 20 de maio de 2002.

4 No dia 12 de novembro de 1991 o exército indonésio abriu fogo sobre milhares de manifestantes pacíficos, que se dirigiam ao cemitério de Santa Cruz para homenagear Sebastião Gomes, jovem timorense assassinado duas semanas antes na igreja de Motael. Estima-se que este massacre resultou em cerca de 300 mortos. As filmagens do massacre percorreram o mundo, dando origem à maior campanha de denúncia do genocídio contra o povo de Timor-Leste, aumentando as pressões sobre os principais organismos internacionais com vista à resolução da questão de Timor. Para uma análise do agendamento mediático da causa timorense ver Marques (2005).

acontecimento que despertou a consciência internacional e despoletou uma série de campanhas a favor da autodeterminação do povo timorense, o que veio a permitir a realização do referendo que conduziu à independência de Timor-Leste.

Assim, os inquiridos nos quatro países pensaram a história nacional em função de momentos-chave que assinalam a formação das fronteiras da nação e a sua independência. Neste caso, quanto mais recente foi a conquista dessa independência, como no caso de Angola e Timor-Leste, maior a percentagem de evocação espontânea dos acontecimentos que assinalam essa independência.

Um dos aspetos em que os dados divergem claramente nos quatro países diz respeito aos acontecimentos relacionados com os descobrimentos, o colonialismo e a descolonização.

Os participantes portugueses colocaram os “descobrimentos” como o segundo evento mais importante da história nacional (79,7%), só superado em termos de nomeações espontâneas pelo 25 de Abril de 1974 (80,5%). Sendo um acontecimento bastante remoto, a elevada saliência cognitiva dos descobrimentos deve-se ao facto de este ser constantemente reatualizado nos manuais escolares e nos média, onde é apresentado como o momento mais “glorioso” da história nacional (cf: Miranda, 2002). A maior parte dos participantes portugueses refere genericamente os “Descobrimentos” ou “Descobrimentos portugueses”. Outros referem especificamente a descoberta do caminho marítimo para a Índia ou a descoberta do Brasil. Em qualquer dos casos os descobrimentos foram considerados pelos participantes portugueses de forma consensualmente positiva ($M=6,41$) e suscitaram emoções muito positivas (orgulho, alegria, felicidade e fascínio).

O “descobrimento do Brasil” foi o sétimo evento mais nomeado pelos participantes brasileiros (27,6%) ao pensar na história nacional. Alguns brasileiros referiram a “chegada dos portugueses” (7,6%); no entanto, tal designação traduz mais o momento de chegada dos colonos portugueses e não tanto o descobrimento. A “vinda da família real” portuguesa para o Brasil foi mencionada por 8,6% dos brasileiros e a “colonização portuguesa” por 5,7%. Os participantes brasileiros reportaram emoções ambivalentes face à presença portuguesa: os que mencionaram a “vinda da família real” portuguesa para o Brasil associaram-na a emoções positivas enquanto os que referiram a “colonização portuguesa” declararam emoções

negativas. O “descobrimento do Brasil” suscitou sentimentos ambivalentes da parte dos participantes brasileiros, que indicaram uma mistura de emoções positivas e negativas (deceção, revolta, alegria, admiração).

A “colonização de Angola” foi mencionada por 7,14% dos participantes angolanos e a “chegada dos portugueses” (em 1482) foi mencionada por 6,04%. Em ambos os casos, os participantes angolanos reportaram emoções ambivalentes: os que referiram a “colonização portuguesa” ou a “ocupação portuguesa” reportaram sobretudo emoções negativas enquanto os que referiram a “chegada dos portugueses” reportaram sobretudo emoções positivas. Estes resultados vão ao encontro dos obtidos em outros países africanos de língua oficial portuguesa, sendo que a avaliação da “colonização” é negativa enquanto a da “chegada” ou “descoberta” (conforme as designações adotadas pelos participantes) é considerada neutra ou positiva (cf. Cabecinhas e Évora, 2008; Cabecinhas e Feijó, 2010).

A abolição da escravatura foi o segundo acontecimento mais mencionado pelos participantes brasileiros (45,7%) ao pensar na história do Brasil. Tal poderá dever-se ao facto de os dados terem sido recolhidos no estado da Bahia, estado que regista a maior proporção de população *negra* do Brasil (Cabecinhas *et al.*, 2006). Será importante recolher dados também em outras regiões brasileiras para aferir a significância deste resultado.

A abolição da escravatura foi o sétimo acontecimento mais mencionado pelos participantes angolanos (17,03%) e o tráfico de escravos foi o nono acontecimento mais evocado (10,44%). Estes dois acontecimentos suscitaram emoções diferenciadas nos inquiridos: a abolição da escravatura suscitou sobretudo “alegria” e “felicidade” enquanto o tráfico de escravos suscitou sobretudo “revolta” e “frustração”. Note-se que “a escravatura é um tema incontornável na história de África e de Angola pela duração, amplitude e efeitos nefastos produzidos nas sociedades africanas” (Mendes *et al.*, 2010: 212).

Os acontecimentos relativos ao colonialismo e ao processo de descolonização assumem também um papel importante nas evocações dos participantes portugueses: colonialismo (16,1%), descolonização (16,1%), Guerra Colonial (10,2%). Contrariamente aos “descobrimentos”, cujo impacto na história nacional foi considerado consensualmente positivo ($M=6,41$), o colonialismo foi avaliado negativamente ($M=2,18$) e suscitou emoções negativas. A Guerra Colonial foi mencionada por 10,2% dos

participantes portugueses, tendo sido considerada o acontecimento mais negativo da história nacional ($M=1,27$; $DP=0,45$), suscitando emoções muito negativas, sobretudo revolta e frustração. Por seu turno, a “descolonização” (16,1%) afigura-se como o acontecimento mais polémico, uma vez que as opiniões sobre a sua valência cobriram todo o espectro da escala, desde as mais positivas às mais negativas, o que deu origem a uma média de valência que, embora negativa, pouco se distancia do ponto neutro da escala ($M=3,53$; $DP=2,03$).

A luta armada pela libertação de Angola foi o terceiro acontecimento mais mencionado (60,44%) pelos participantes angolanos. À semelhança do que ocorreu nos estudos realizados na Guiné-Bissau (Cabecinhas e Nhaga, 2008) e em Moçambique (Cabecinhas e Feijó, 2010), os jovens angolanos consideraram a luta armada pela libertação nacional um acontecimento positivo ($M=5,60$; $DP=2,44$). As emoções reportadas em relação a este acontecimento são ambivalentes, embora predominem as emoções positivas: “orgulho” e “alegria”, porque resultou na independência nacional, mas também “revolta” e “tristeza”, porque implicou a perda de muitas vidas.

O quarto acontecimento mais evocado pelos jovens angolanos refere-se ao massacre da Baixa de Kassanje (42,86%), ocorrido no início dos anos sessenta na sequência da sublevação dos camponeses daquela região que trabalhavam na produção de algodão e que eram vítimas da exploração colonial. Devido à recusa em continuarem a trabalhar para a empresa produtora de algodão, estima-se que foram mortos entre cinco a dez mil camponeses, na sequência dos bombardeamentos com *napalm*, fuzilamentos e outros ataques do exército colonial português, como represália (CDIH, 2008: 153-156). A maior parte dos jovens considera este acontecimento como negativo, mas alguns consideraram-no positivo ($M=2,85$; $DP=2,14$). As emoções reportadas em relação a este acontecimento são mistas, variando entre “revolta”, “tristeza” e “alegria”. A tonalidade emocional deste acontecimento depende da “âncora” mental usada pelos participantes: como episódio que exemplifica a violência colonial exercida contra os angolanos ou como episódio que assinala a resistência contra o colonialismo, associado a outros relacionados com o início da luta armada em 1961. Como salientam Mendes *et al.* (2010: 211), “é difícil compreender por que razão este acontecimento pode suscitar alegria mas é provável

que tenha a ver com o reconhecimento da capacidade de resistência e da bravura dos camponeses angolanos contra os colonialistas exploradores. A revolta e a tristeza explicam-se na medida em que se tratou de um acontecimento dramático e sangrento, que traduzia a natureza cruel do colonialismo”.

Alguns participantes angolanos mencionaram ainda outros acontecimentos com conotação muito negativa ligados à ocupação do território angolano: as guerras do *kwata-kwata*, no século XVI (4,40%), que ocorreram entre reinos angolanos com o intuito de capturar escravos para alimentar o negócio escravista (Zau, 2009); o regime de trabalho forçado ou “contrato” (1,1%), que substituiu o regime de escravatura (Zau, 2009). O Dia do Herói Nacional, 17 de setembro, correspondente ao aniversário natalício de Agostinho Neto (1922-1979), que foi o primeiro presidente da república de Angola, tendo proclamado a sua independência, foi o décimo acontecimento mais referido pelos jovens angolanos (9,89%; M=6,14) e suscitou nos inquiridos sobretudo “alegria”, o que “pode dever-se à construção social desta personagem como herói nacional, no sentido de representar o orgulho nacional, o patriotismo e o símbolo maior da independência nacional conquistada” (Mendes *et al.*, 2010: 213).

Os participantes timorenses fizeram referência à “colonização portuguesa” (11,5%; 11º lugar no *ranking*) como um dos acontecimentos mais importantes na história nacional. Alguns participantes referiram especificamente a “evangelização de Timor” e a “chegada dos missionários portugueses” (5,2%). Os timorenses avaliam a “colonização portuguesa” de forma negativa (M=2,3); no entanto, avaliam de forma muito positiva a “chegada dos missionários portugueses” e a “evangelização portuguesa” (M=6,8 em ambos os casos). Assim, constata-se de forma clara uma ambivalência em relação à presença portuguesa no território dependendo da “âncora” que é ativada no contexto particular: a “sobreexploração dos recursos naturais” é avaliada negativamente, mas a “evangelização” é avaliada positivamente.

O 25 de Abril de 1974 foi o acontecimento mais referido pelos participantes portugueses (80,5%), sendo consensualmente considerado positivo (M=6,58; DP=0,88), por assinalar o fim de uma longa ditadura e a conquista da liberdade. A “Revolução dos Cravos” foi referida por 6,3% dos timorenses, sobretudo por parte de estudantes mais velhos,

frequentando o curso de formação de professores⁵. Enquanto nos portugueses o 25 de Abril suscita emoções consensualmente positivas, para os timorenses suscita emoções ambivalentes. Esta ambivalência verifica-se igualmente na evocação da Guerra de Manufahi (referida por 5,2% dos timorenses), que constitui a mais célebre revolta de timorenses contra a ocupação portuguesa, tendo sido reprimida com “um banho de sangue em 1912” (Mattoso, 2005: 32).

4. Considerações finais

O objetivo principal deste trabalho foi analisar as memórias históricas de jovens de quatro países de língua oficial portuguesa: Angola, Brasil, Portugal e Timor-Leste. Os dados recolhidos apontam para ambiguidades, ambivalências e contradições nas representações sociais da história que liga os países de língua portuguesa. Essas representações possuem elementos de consenso e elementos de conflito entre os grupos, sendo que o “desencontro de memórias” é particularmente evidente quando comparamos as memórias históricas dos jovens angolanos e dos jovens portugueses.

De um modo geral, verificou-se uma focalização no passado muito recente, com a exceção dos “descobrimentos” que obtiveram grande notoriedade, sobretudo junto dos inquiridos portugueses. Os temas predominantes foram de natureza bélica e política – guerras, revoluções, violência, lutas contra o colonialismo e a conquista da independência das nações. Os participantes dos quatro países deram enorme destaque aos momentos que assinalam a formação da nação e as lutas pela independência. Os portugueses referiram a fundação da nação e a restauração da independência face a Espanha. Os brasileiros focalizaram-se na independência do Brasil e nas lutas contra o colonialismo português. Os acontecimentos ligados à conquista da independência são particularmente relevantes para os angolanos e para os timorenses.

Os acontecimentos que marcaram a história da relação entre estes países suscitaram emoções diferenciadas em função do papel desempenhado durante o período colonial, verificando-se uma grande divergência

5 Enquanto a maior dos participantes portugueses evocou o acontecimento referindo a data “25 de Abril de 1974” ou simplesmente “25 de Abril”, os participantes timorenses evocaram a “Revolução dos Cravos”.

na forma como os acontecimentos ligados à colonização foram evocados pelos jovens portugueses e pelos jovens dos países que foram colónias portuguesas. Os participantes portugueses associaram consensualmente emoções positivas aos descobrimentos enquanto nos brasileiros as emoções face a este acontecimento foram mais ambivalentes. O padrão de resultados observado junto dos jovens baianos pode dever-se à ativação cognitiva das “críticas recentes” à colonização portuguesa introduzidas pelos movimentos de afirmação étnica (Vale de Almeida, 2004).

Os participantes portugueses parecem ter efetuado uma dissociação cognitiva entre os “descobrimentos”, aos quais associaram emoções positivas, e a “colonização”, à qual associaram maioritariamente emoções negativas. No entanto, tal não acontece com os jovens brasileiros: o padrão de emoções torna evidente a forte associação entre os “descobrimentos” e “colonização”.

No que respeita à comparação Brasil – Portugal, de uma maneira geral os nossos resultados estão em consonância com os obtidos em estudos realizados por outros investigadores, recorrendo a diferentes métodos de recolha de dados (*e.g.*, Sá *et al.*, 2004; Vala e Saint-Maurice, 2004), nos quais se verificou que os descobrimentos suscitam emoções consensualmente positivas nos portugueses. No entanto, verificaram-se também algumas divergências. Os nossos resultados evidenciaram não uma “idealização da colonização” (cf: Vala e Saint-Maurice, 2004), mas uma “idealização dos descobrimentos”, dos quais são dissociados os efeitos nefastos da colonização. Ao evocarem espontaneamente a “colonização” os participantes portugueses associaram a esta emoções maioritariamente de tonalidade negativa. Já ao evocar os “descobrimentos” associaram orgulho, felicidade e fascínio, focalizando-se no carácter empreendedor e aventureiro das viagens realizadas pelos navegadores portugueses.

Ao evocarem espontaneamente a “colonização” os participantes timorenses associaram-na sobretudo a emoções de tonalidade negativa. Apesar de avaliarem a “colonização portuguesa” de forma negativa, os timorenses avaliam de forma muito positiva a “chegada dos missionários portugueses” e a “evangelização portuguesa”. Assim, constata-se uma ambivalência em relação à presença portuguesa no território dependendo da “âncora” que é ativada no contexto particular: a “colonização” é conotada com explo-

ração dos recursos naturais sendo avaliada negativamente, enquanto a “evangelização” é avaliada positivamente (Cabecinhas, 2006).

As memórias da violência colonial foram especialmente salientes junto dos participantes angolanos, que destacaram sobretudo a escravatura, o tráfico de escravos e os massacres. A luta armada para a libertação nacional e a conquista da independência foram os acontecimentos mais destacados, para além do fim da guerra civil com a assinatura dos acordos de paz em 2002.

Neste trabalho efetuámos apenas comparações em função das pertenças nacionais. A sua continuidade exige o aprofundamento das questões étnicas, regionais e geracionais. Como já referimos, neste estudo participaram apenas jovens universitários, cujos dados não podem ser extrapolados para a população em geral. De facto, alguns estudos efetuados no âmbito deste projeto, recorrendo a outras metodologias e auscultando pessoas de diferentes faixas etárias e diferentes percursos de vida, permitem complementar estes dados e matizar algumas das tendências aqui observadas.

Na interpretação dos dados que foram aqui apresentados não podemos esquecer que estes são o fruto de um determinado momento histórico. Os acontecimentos que faziam parte da agenda mediática no momento da recolha de dados exerceram uma influência preponderante em algumas das memórias evocadas. Por exemplo, em Timor os dados foram recolhidos em novembro, o que poderá ter aumentado a saliência do Massacre de Santa Cruz (12 de novembro de 1991) e com ele a recordação dos outros massacres que marcaram o período de ocupação indonésia. De recordar que nenhuma lista prévia de acontecimentos era dada aos inquiridos, por isso a probabilidade de evocação espontânea foi muito afetada pela recência dos acontecimentos ou pela sua atualização mediática aquando das efemérides e comemorações.

Estes resultados espelham algumas representações hegemónicas sobre a história, que se traduzem em imagens do passado que legitimam a ordem social presente nos diferentes países em que os dados foram recolhidos, mas evidenciam também de forma clara expressões da memória social como um “campo de disputa” entre grupos. As memórias sobre o “passado comum” que liga os países lusófonos são vivenciadas com diferentes tonalidades emocionais e têm significados diferenciados.

Estes estudos são consonantes com um entendimento da memória social como um “campo de disputa” e de luta simbólica entre grupos. De um modo geral, os resultados apontam para um “desencontro” das memórias sobre o passado colonial da parte dos jovens que participaram neste estudo. Os angolanos e os portugueses tendem a apresentar esse passado de modo claramente divergente: enquanto os portugueses evocam os descobrimentos os angolanos evocam a escravatura, o tráfico de escravos e os massacres; ou seja, enquanto uns se focam nas *viagens* os outros salientam os *crimes*. Por seu turno, da parte dos brasileiros e dos timorenses observa-se uma representação ambivalente do passado colonial que oscila entre a alegria da “descoberta” ou “chegada” e a violência da “ocupação”. Tomando de empréstimo a expressão de Mia Couto, globalmente os resultados espelham *LusoAfonias* e demonstram quão desafiante é a construção de uma identidade comum entre os falantes de língua portuguesa. Como salienta Mia Couto (2007), o “passado que nos feriu a todos não pode ser superado apenas com apelos ao esquecimento. Não é de esquecer o passado que precisamos. Mas de o entender.” Ora, não podemos entender o passado sem auscultar o que significa esse passado para os diversos grupos envolvidos. Escutar as diversas “vozes” e dar a conhecer os diferentes olhares sobre o “passado comum” constitui sem dúvida um grande desafio, desafio esse essencial para promover um novo e melhor entendimento entre os povos que partilham a língua portuguesa.

Referências

- BAPTISTA, M. M. (2006). A Lusofonia não é um jardim. Ou da necessidade de ‘perder o medo às realidades e aos mosquitos’. In M.L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 23-44). Porto: Campo das Letras.
- BAPTISTA, M.M. (ed.) (2009). *Cultura: Metodologias e investigação*. Lisboa: Ver o Verso Edições.
- BRITO, R. & Martins, M. L. (2004). *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português*. III Congresso da Sopcom. Covilhã: UBI.
- CABECINHAS, R. (2006). Identidade e memória social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste (pp.183-214). In M. L. Martins, H. Sousa, & R.

- Cabecinhas, R. (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.
- CABECINHAS, R. (2012). Representações identitárias e memória social: Abordagem conceptual e metodológica (pp. 583-604). In Adami, A. & Hohlfelt, A. (Org.), *Lusofonia e interculturalidade*. São Paulo: INTERCOM.
- CABECINHAS, R. & Feijó, J. (2010). Collective Memories of Portuguese Colonial Action in Africa: Representations of the Colonial Past among Mozambicans and Portuguese Youths. *International Journal of Conflict and Violence*, 4 (1): 28-44.
- CABECINHAS, R., & Évora, S. L. (2008). Visões do mundo e da nação: jovens cabo-verdianos face à história (pp. 2685-2706). In M. L. Martins & M. Pinto (Org.), *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- CABECINHAS, R. & Nhaga, N. (2008). Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais. Guiné-Bissau e Portugal. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: perspectivas, dilemas e desafios* (pp. 109-132). Porto: Campo das Letras.
- CABECINHAS, R., Lima, M. & Chaves, A. (2006). Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história (pp.67-92). In J. Miranda & M. I. João (Eds.) *Identidades Nacionais em Debate*. Oeiras: Celta.
- Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA (2008). *História do MPLA* (Volumes I e II). Luanda: CDIH.
- CONNERTON, P. (1989/1993). *Como as Sociedades Recordam*. Oeiras: Celta.
- COUTO, M. (2007). A língua portuguesa é uma língua pluricêntrica. Intervenção na conferência internacional “O Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: A Experiência Portuguesa”. Lisboa: 19 de junho. Disponível <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/lingua-e-cultura/a-lingua-portuguesa-e-uma-lingua-pluricentrica> Acesso a 12 dezembro 2013.
- COUTO, M. (2009). Luso-afonias – A Lusofonia entre viagens e crimes. In M. Couto (2009), *E se Obama Fosse Africano? E outras interinvenções* (pp. 183-198). Lisboa: Caminho.
- CUNHA, L. (2006). *Memória Social em Campo Maior: Usos e percursos da fronteira*. Lisboa: Dom Quixote.
- ESPERANÇA, J.P. (2001). *Estudos de Linguística Timorense*. Aveiro: Sul.
- GERGEN, K. (1994). *Towards Transformation in Social Knowledge*. Londres: SAGE.
- HALBWACHS, M. (1925/1994). *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel.
- HALBWACHS, M. (1950/1997). *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel.
- HULL, G. (2001). *Identidade, Língua e Política Educacional*. Díli: Instituto Camões.

- LASZLO, J. (2003). History, identity and narratives. In J. Laszlo & W. Wagner (Eds.), *Theories and Controversies in Societal Psychology* (pp. 180-192). Budapest: New Mandate Publishers.
- LICATA, L., Klein, O., & Gély, R. (2007). Mémoire des conflits, conflits de mémoires: une approche psychosociale et philosophique du rôle de la mémoire collective dans les processus de réconciliation intergroupe. *Social Science Information*, 46(4): 563-589.
- LIU, J.H., & Hilton, D. (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. *British Journal of Social Psychology*, 44: 537-556.
- LIU, J.H., Goldstein-Hawes, R., Hilton, D.J., Huang, L.L., Gastardo-Conaco, C., Dresler-Hawke, E., et al. (2005). Social representations of events and people in world history across twelve cultures. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 36: 171-191.
- LORENZI-CIOLDI, F. (2002). *Les Représentations des groupes dominants et dominés Collections et agrégats*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- MARGARIDO, A. (2000). *A lusofonia e os lusófonos: Novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MARQUES, R. (2005). *Timor-Leste: o agendamento mediático*. Porto: Porto Editora.
- MARTINS, M. L. (2009). Para um ‘politeísmo metodológico’ nos Estudos Culturais. In M. M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e investigação* (pp. 29-40). Lisboa: Ver o Verso Edições.
- MARTINS, M. L. (2014). Língua Portuguesa, Globalização e Lusofonia. In N. M. Bastos (Org.), *Língua Portuguesa e Lusofonia* (pp.15-33). São Paulo: EDUC – IPPUCSP.
- MARTINS, M.L., Sousa, H., & Cabecinhas, R. (Eds.). (2006). *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.
- MATTOSO, J. (2005). *A Dignidade. Konis Santana e a Resistência Timorense*. Lisboa: Temas e Debates.
- MENDES, J., Silva, E. & Cabecinhas, R. (2010). Memória colectiva e identidade nacional: Jovens angolanos face à História de Angola. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 8, 206-221.
- MIRANDA, J. C. (2002). *A identidade Nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta.
- MOSCOVICI, S. (1998). The history and actuality of social representations. In U. Flick (Ed.), *The Psychology of the Social* (pp. 209-247). Cambridge: Cambridge University Press.
- NTONDO, Z. & Fernandes, J. (2004). *Angola. Povos e línguas*, Luanda: Nzila.

- SÁ, C.P., Oliveira, D.O. & Prado, L.A. (2004). As memórias colectivas do descobrimento do Brasil: imagem comum e juízos diferenciados nas populações brasileira. *Psicologia*, XVII (2): 275-291.
- TAJFEL, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (ed.) *Introduction à la Psychologie Sociale*, Vol. 1. Paris: Larousse Université.
- VALA, J. & Saint-Maurice, A. (2004). Representações sociais sobre o descobrimento do Brasil: os actores e a colonização. *Psicologia*, XVII (2): 385-404.
- VALE de Almeida, M. (2004). Comemoração, nostalgia imperial e tensão social – o desentendimento Portugal – Brasil: comentário às análises de imprensa. *Psicologia*, XVII (2): 381-384.
- ZAU, F. (2009). *Educação em Angola. Novos trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Movilivros.